



PREFEITURA DE ALENQUER



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

LEI MUNICIPAL Nº 1.085/2014 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

**DISPÕE SOBRE DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO DA COTA DE ICMS
REPASSADO AO MUNICÍPIO DE ALENQUER PELO GOVERNO DO
ESTADO DO PARÁ COM BASE EM CRITÉRIOS ECOLÓGICOS – ICMS
VERDE**



LEI MUNICIPAL N.º 1.085/2014, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A VINCULAÇÃO DA COTA DE ICMS REPASSADO AO MUNICÍPIO DE ALENQUER PELO GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ COM BASE EM CRITÉRIOS ECOLÓGICOS, TAL COMO PREVISTO NA LEI ESTADUAL Nº 7.638 DE 12 DE JULHO DE 2012 E NO DECRETO ESTADUAL Nº 775 DE 26 DE JUNHO DE 2013 AO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALENQUER, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Ex.mo Sr. **LUIS FLÁVIO BARBOSA MARREIRO**, Prefeito Municipal de Alenquer, faz saber que a Câmara Municipal de ALENQUER, aprovou e, ele sanciona e manda que se publique a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a vinculação da cota de ICMS repassado ao Município de ALENQUER pelo Governo do Estado do Pará com base em critérios ecológicos, na forma prevista na Lei Estadual nº 7.638 de 12 de julho de 2012 e no Decreto Estadual nº 775 de 26 de junho de 2013 e sua vinculação ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de ALENQUER.

Art. 2º - Visando garantir à sociedade alenquerense o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado conforme fundamenta o art. 225 da Constituição Federal do Brasil, os recursos provenientes do ICMS VERDE serão integralmente repassados ao FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ALENQUER e aplicados com as seguintes finalidades:

I – Investimentos prioritários na estruturação e instrumentalização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alenquer;

II – Investimentos no melhoramento constante dos indicadores socioambientais do Município de Alenquer, observados prioritariamente o controle e redução do desmatamento;

III – Investimentos em ações e projetos voltados à preservação e uso sustentável dos recursos naturais do Município de Alenquer, priorizados aqueles de natureza fundamentalmente educativa e informativa e;

IV – Investimentos em ações necessárias à Gestão Ambiental de Excelência no Município de Alenquer.

Art. 3º - Os recursos do ICMS VERDE serão executados pela Prefeitura Municipal de Alenquer por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente SEMMA sob a estrita deliberação e controle do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Alenquer – COMUMA.

Art. 4º – Semestralmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio de seu titular ou servidor prévia e formalmente designado a fazê-lo, prestará constas dos recursos do ICMS VERDE ao Conselho Municipal de Meio Ambiente de Alenquer, bem como à Câmara Municipal de Alenquer;

Parágrafo único: Não obstante ao previsto no caput, a qualquer tempo e sem a necessidade de motivação específica, qualquer cidadão poderá solicitar informação detalhada sobre a aplicação dos recursos do ICMS VERDE, devendo ter sua solicitação atendida em no máximo dez dias úteis contados para cada exercício financeiro.

Art. 5º – É vedada a utilização de recursos do ICMS VERDE em aplicações exclusivas de custeio e manutenção do funcionamento do aparato administrativo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ressalvados os casos excepcionais de relevante



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Alenquer
Poder Executivo
CNPJ nº 04.838.793/0001-73

interesse público prévia e formalmente reconhecidos e autorizados pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

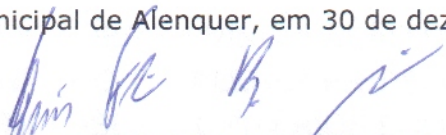
Art. 6º – É vedada a utilização dos recursos do ICMS VERDE como fonte de custeio de despesas oriundas da contratação de pessoal, ressalvados os casos de contratação de serviço técnico especializado.

Art. 7º – Sempre que os valores decorrentes do ICMS VERDE exorbitarem a capacidade técnico-administrativa da SEMMA de executar sua aplicação, ou ainda quando comprovadamente as finalidades previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 2º desta Lei estiverem sendo alcançadas a contento, o Conselho Municipal de Meio Ambiente poderá autorizar o uso do recurso, no todo em parte, em outras finalidades regidas à discricionariedade do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 8º – A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças deverá repassar os recursos do ICMS VERDE à conta do Fundo Municipal do Meio Ambiente em, no máximo, dez dias após o seu recebimento.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alenquer, em 30 de dezembro de 2014.


LUIS FLÁVIO BARBOSA MARREIRO
Prefeito Municipal de Alenquer

Publicado na Secretaria municipal de Administração na mesma data.


ANDREIA DE AGUIAR CONCEIÇÃO
Secretária municipal de Administração